

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 512.535 - MS (2019/0152254-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ARILTHON JOSE SARTORI ANDRADE LIMA
ADVOGADO : ARILTHON JOSÉ SARTORI ANDRADE LIMA -
MS006560
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : ELIAS DOS SANTOS

DECISÃO

ELIAS DOS SANTOS alega sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, nos autos do HC n. 5005973-59.2019.4.03.0000.

Neste *writ*, a defesa requer, liminarmente, a que o Juiz se abstenha de expedir novo mandado de prisão e, no mérito, pede o reconhecimento da ocorrência da prescrição da pretensão executória. Para tanto, argumenta que, nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes.

Indeferida a liminar (fls. 225-226) e prestadas as informações (fls. 230-235 e 237-241), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 243-248).

Decido.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região considerou não estar caracterizada a causa extintiva da punibilidade, por entender que o marco inicial da prescrição da **pretensão executória** é o **trânsito em julgado para ambas as partes**, o que ocorreu em **6/9/2012**.

O órgão de segundo grau assinalou que, antes da nova orientação do Supremo Tribunal Federal, a respeito da execução imediata do acórdão de segundo grau, era impossível ao Estado determinar o cumprimento das penas aplicadas ao paciente antes do trânsito em julgado para ambas as partes. Assim, não houve desídia ou desinteresse a atrair a declaração da prescrição.

O Supremo Tribunal Federal reputou constitucional a questão (termo inicial para a contagem da prescrição executória) e reconheceu sua

Superior Tribunal de Justiça

repercussão geral. Entretanto, não houve determinação de paralisação de processos sob tramitação, e o *leading case* (ARE n. 848107/DF, da relatoria do Ministro Dias Toffoli), apesar de incluído no calendário para julgamento no dia 8/5/2019, foi excluído da pauta por decisão do Presidente da Corte.

A solução da controvérsia **não é uníssona**. Entretanto, no âmbito infraconstitucional, enquanto não modificada, ou não, a interpretação do art. 112, I, do CP à luz do art. 5º, II e LVII, da CF, prevalece neste Superior Tribunal o entendimento de que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional da pretensão executória é **o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação**. Confira-se:

De acordo com a literalidade do artigo 112, inciso I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação. Precedentes do STJ.

[...]

(AgRg no RCD na PET no HC n. 449.842/SP, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 10/10/2018).

A prescrição é verdadeira penalidade ante o desinteresse no exercício da pretensão. À época da condenação do paciente, o Estado não determinava o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da condenação para ambas as partes, mas, mesmo assim, o legislador optou por não fazer mudanças na redação do art. 122, I, do CP. Assim, em matéria penal, é incabível a interpretação contrária ao réu, sem declaração de inconstitucionalidade do dispositivo. No âmbito infraconstitucional, prevalece o postulado da estrita legalidade (v.g.: RHC n. 89.948/RS, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 25/6/2019; AgRg no RHC n. 107.738/SE, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 23/5/2019; EDcl no AgRg no REsp n. 1.706.916/MG, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 29/4/2019).

In casu, o paciente foi condenado a 6 anos e 8 meses de reclusão por incursão no art. 12 da Lei n. 6.368/1976 e a 5 anos e 4 meses de reclusão, como incurso no art. 14 da referida lei. O trânsito em julgado para o Ministério Público ocorreu em **20/11/2006**, e para a defesa no dia 6/9/2012.

Em 30/7/2018 foi determinada a expedição de mandado de

Superior Tribunal de Justiça

prisão e ainda não cumprido. Na ocasião, a Magistrada mencionou a possibilidade de a prescrição executória ocorrer em 19/11/2018, "ante a interpretação do art. 112 do Código Penal" (fl. 240).

Em 19/11/2018 a defesa pugnou pela declaração de extinção da punibilidade do réu, fazendo alusão ao referido despacho, o que foi afastado com base no entendimento dos Tribunais Superiores à época, no sentido de que a prescrição executória teria início com o trânsito em julgado da condenação para ambas as partes.

De fato, verifica-se dos autos que a pena aplicada ao paciente foi de **6 anos e 8 meses de reclusão** por tráfico e **5 anos e 4 meses de reclusão** pelo delito de associação para o tráfico (fls. 88/148), a atrair a incidência do art. 109, III, do CP. Entre a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação (**20/11/2006**) e os dias atuais, transcorreu **prazo superior a 12 anos** (o réu não é reincidente e não cumpriu pena por outro processo), a evidenciar que **está prescrita a pretensão executória**.

À vista do exposto, **concedo o habeas corpus a fim de declarar extinta a punibilidade do paciente pela prescrição executória**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**